



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
26ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 25/03/2014
Hora: 14h30
Local: SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo – Brasília/DF

*Junte-se ao proc. n°
80000.005329/2014-18.*

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Nelson Teixeira da Silva $\frac{25}{03}$
Gerente de Projeto
Secretaria Nacional de Habitação
Ministério das Cidades $\frac{14}{14}$

Gilberto Magalhães Occhi – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI:

Sanderson Alberto Medeiros Leitão – Titular



Leila de Moraes - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Germano Andrade Ladeira - Titular

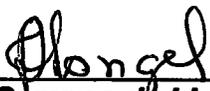
Silvana Tamiazi - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Sandra Maria Drago Silva - Titular

Anderson Jorge Lopes Brandão - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:



Juraci Campos de Lima Rangel - Titular



Gustavo Alves Tillmann - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:

Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

Silmara Vieira da Silva - Titular

Joisa Maria Barroso Loureiro - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Leila Kuhnert Campos - Titular




Ana Luisa Borges Leal - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:


Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara - Titular

Selma Irene Antônio - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

João Alberto Graça - Titular

Flávio Pércio Zacher - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:


Deusdina dos Reis Pereira - Titular



Jucemar José Imperatori - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:



Walter da Silva Monteiro - Titular

Luis Gonzaga da Silva - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Fernando Zasso Pigatto - Titular

VAGO - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:

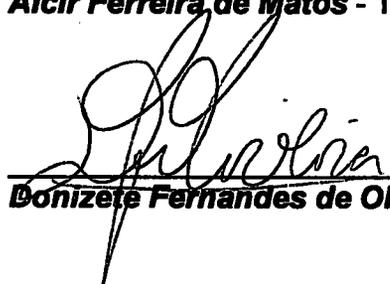
Silvio José Gonçalves - Titular



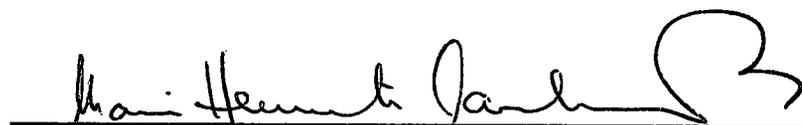

Elizeth Cristina Vieira Costa - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:

Alcir Ferreira de Matos - Titular


Donizete Fernandes de Oliveira - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:


Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves - Titular

Luís Fernando Melo Mendes - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:

Caíl Cherem Netto – Titular



Hélder José Ferreira Paiva - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

VAGO - Titular

José da Silva Aguiar - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:

Manoel Vaz de Lima – Titular

Antônio de Lisboa Amâncio Vale - Suplente

20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:

Thereza Neumann Santos de Freitas – Titular



Laerte Conceição Mathias de Oliveira – Suplente

21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:

Andréa dos Santos - Titular

Sammya Cury Dias Regiani - Suplente

22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:

Benny Schasberg – Titular

Maria Ângela de Almeida Souza - Suplente

23 – HABITAT para Humanidade Brasil:

Demóstenes Andrade de Moraes – Titular



Marta Silêda Rebouças da Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Cecília Maria Parlato
Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação - ABC

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL



Marco Antônio Alves Jorge
Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana – FRENAVRU

3) SETOR PÚBLICO ESTADUAL

Carlos Eduardo Xavier Marun
Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação



1
2
3

MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 26ª. REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25/03/2014

4 Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às quinze
5 horas e vinte minutos, no auditório do Ministério das Cidades, localizado no SAUS, Quadra 1,
6 Bloco H, Edifício Telemundi II, Brasília, Distrito Federal, sob a presidência da **Sra. Júnia**
7 **Maria Barroso Santa Rosa**, Secretária Nacional de Habitação Substituta/SNH/MCidades, e
8 secretariada pelo **Sr. Nelson Teixeira da Silva**, servidor da Secretaria Nacional de Habitação
9 – SNH/MCidades teve início a 26ª. (vigésima sexta) Reunião Ordinária do Conselho Gestor
10 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS, com a presença dos
11 seguintes Conselheiros: **Sra. Juraci Campos de Lima Rangel**, pelo Ministério da Fazenda –
12 MF; **Sr. Frederico Guilherme Livino de Carvalho**, pelo Ministério da Integração Nacional
13 – MI; **Sra. Ana Luísa Borges Leal**, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –
14 MP; **Sra. Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara**, pelo Ministério da Saúde – MS; **Sra.**
15 **Deusdina dos Reis Pereira**, pela Caixa Econômica Federal – CEF; **Sr. Walter da Silva**
16 **Monteiro**, pela Central de Movimentos Populares – CMP; **Sra. Elizeth Cristina Vieira**
17 **Costa**, pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **Sr. Donizete Fernandes**
18 **de Oliveira**, pela União Nacional por Moradia Popular – UNMP; **Sra. Maria Henriqueta**
19 **Arantes Ferreira Alves**, pela Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Sr. Hélder José**
20 **Paiva**, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Sr.**
21 **José da Silva Aguiar**, pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; **Sra.**
22 **Thereza Neumann Santos de Freitas**, pela Federação Nacional dos Engenheiros – FNE;
23 **Sra. Andréa dos Santos**, pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA; **Sr.**
24 **Demóstenes Andrade de Moraes**, pela Organização Não-Governamental Habitat para
25 Humanidade Brasil – HABITAT; e como entidade convidada, representando o Setor Público
26 Municipal, o **Sr. Marco Antônio Alves Jorge**, pela Frente Nacional de Vereadores pela
27 Reforma Urbana – FRENAVRU. A 26ª. (vigésima sexta) Reunião do CGFNHIS destinou-se à
28 apreciação e deliberação da seguinte pauta: **ITEM I. Assuntos para deliberação: I.1.** Ata da
29 24ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 26 de março de 2013; **I.2.**
30 Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 17 de dezembro
31 de 2013; **I.3.** Voto nº 001/2014/SNH/MCIDADES, de 10 de março de 2014 – Submete à

ATA 26ª R. O. CGFNHIS



32 apreciação do Conselho Gestor as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
33 (FNHIS), referentes ao exercício de 2013, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado
34 ao Tribunal de Contas da União; **ITEM II. Assuntos Gerais: II.1.** Portaria nº 21, de 22 de
35 janeiro de 2014, do Ministério das Cidades, que aprova o manual de execução do Trabalho
36 Social; **II.2.** Acordo de Cooperação Internacional Índia, Brasil e África do Sul – Cidades,
37 Assentamentos Humanos e Desenvolvimento. Havendo quórum regimental, a **Sra. Júnia**
38 **Santa Rosa**, da SNH, cumprimentando e agradecendo a todos os presentes, declarou aberta a
39 assembleia. A seguir, foi cedida a palavra ao **Sr. Nelson Teixeira**, SNH, que deu continuação
40 aos trabalhos. Havendo cumprimentado os presentes, esclareceu que a reunião seria restrita
41 aos conselheiros, contudo os representantes do ConCidades presentes seriam bem-vindos.
42 Dito isto, cumprimentou os novos integrantes do CGFNHIS, quais sejam: Sra. Ana Luiza
43 Borges Leal e Sra. Leila Kuhnert Campos, ambas do MP; Sr. Walter da Silva Monteiro e Sr.
44 Luiz Gonzaga da Silva, da ambos CMP. Na sequência, passou-se, de imediato, à apreciação e
45 deliberação do **Subitem I.1. Ata da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS,**
46 **realizada em 26 de março de 2013.** O **Sr. Nelson Teixeira** lembrou que a 25ª Reunião
47 Ordinária do CGFNHIS, realizada em 17 de dezembro de 2013, teve caráter técnico e não
48 deliberativo e que, por esta razão, a Ata da 24ª Reunião do CGFNHIS constava da pauta da
49 presente reunião. Havendo sido colocada em regime de votação e perguntado se seria
50 necessária a sua leitura, que foi dispensada, e não havendo quem desejasse fazer observações,
51 foi **APROVADA** por unanimidade do Conselho a 24ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor
52 do FNHIS, realizada em 26 de março de 2013. Passou-se, a seguir, ao **Subitem I.2: Ata da**
53 **25ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 17 de dezembro de**
54 **2013.** O **Sr. Nelson Teixeira** consignou que, após o encaminhamento da aludida Ata aos
55 conselheiros, o **Sr. Demóstenes Andrade**, do HABITAT, solicitou correção à linha 242 da 25ª
56 Reunião Ordinária do CGFNHIS, no sentido de se fazer distinção entre o “HABITAT para a
57 Humanidade Internacional e HABITAT Brasil” – por se tratar de pessoas jurídicas distintas;
58 feita a leitura do texto corrigido, foi perguntado ao Conselheiro Demóstenes se ele estava de
59 acordo com a nova redação, e este respondeu positivamente. Não havendo outras
60 considerações, a 25ª Reunião Ordinária do CGFNHIS, realizada em 17 de dezembro de 2013,
61 foi colocada em regime de votação, sendo **APROVADA** por unanimidade. Passou-se ao
62 **Subitem I.3 da pauta: “Voto nº 001/2014/SNH/MCIDADES, de 20 de março de 2014 –**
63 **Submete à apreciação do Conselho Gestor as contas do Fundo Nacional de Habitação de**
64 **Interesse Social (FNHIS), referentes ao exercício de 2013, na forma do Relatório de**
65 **Gestão, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União”.** Para relatar o Voto, a **Sra.**
66 **Júnia Santa Rosa** convidou os seguintes servidores: **Sra. Monique Toledo Salgado,**



67 Assessora Técnica da área financeira da SNH; **Sra. Alessandra D'Ávila Vieira**, Gerente do
68 PAC-Urbanização e Assentamentos Precários; **Sr. Antônio Vladimir Moura Lima**; e **Sr.**
69 **Edson Leite Ribeiro**. A **Sra. Monique Toledo** teve a palavra para a sua exposição.
70 Consignou que faria sua apresentação de modo sucinto, já que havia sido encaminhada, aos
71 conselheiros, cópia do material a ser utilizado na sua fala sobre o “Relatório de Gestão –
72 Unidade Orçamentária: 56902 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
73 (FNHIS)/Exercício 2013 – apresentado à Unidade Orçamentária 56101 da Secretaria Nacional
74 de Habitação do Ministério das Cidades”. Acrescentou o aludido Relatório foi elaborado de
75 acordo com as Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União – TCU e da
76 Controladoria-Geral da União – CGU, quais sejam: Portaria-TCU nº 175, de 9 de julho de
77 2013; Decisão Normativa-TCU nº 127, de 15 de maio 2013; e Portaria-CGU n.º 133, de 18 de
78 janeiro de 2013. Seguiu-se com o tópico inicial da apresentação do Relatório de Gestão:
79 “Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados dos objetivos e ações
80 orçamentárias do Programa Temático **Moradia Digna** executados com recursos alocados pelo
81 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)”. Destacou quatro dos objetivos do
82 Programa Temático **Moradia Digna**, com ações específicas: (i) **0382** - Melhorar a condição
83 de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo
84 iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e
85 salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de
86 ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental; (ii) **0383** – Ampliar
87 por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou
88 facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos
89 de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo
90 a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); (iii) **0385** – Fortalecer a
91 capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse
92 Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização,
93 articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social; e (iv) **0756** –
94 Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como,
95 contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas
96 habitacionais. Elucidou ainda que sumariamente o Relatório de Gestão apresenta as
97 informações de identificação da unidade jurisdicionada; a execução orçamentária e financeira;
98 a execução física e a análise crítica das principais realizações efetuadas no exercício, bem
99 como mostra alguns dos problemas enfrentados ao longo do ano na gestão dos programas e
100 ações executados com recursos do FNHIS. Passou-se à explanação pormenorizada dos quatro
101 objetivos do Programa Temático **Moradia Digna** e de suas respectivas ações: (i) no **Objetivo**



102 **0382** os recursos orçamentários do FNHIS lastreiam a **Ação Orçamentária 10S6** – Apoio à
103 Urbanização de Assentamentos Precários; (ii) no **Objetivo 0383** os recursos orçamentários do
104 FNHIS são utilizados na **Ação Orçamentária 10SJ** – Apoio à provisão habitacional de
105 interesse social, contemplando as modalidades PSM (Apoio à Produção Social da Moradia) e
106 AT (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social); (iii) o **Objetivo 0385** possui três
107 ações orçamentárias operadas com recursos do FNHIS: (1) **Ação Orçamentária 8875** –
108 Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação
109 de Interesse Social; (2) **Ação Orçamentária 20Z0** – Apoio ao Fortalecimento da Política
110 Nacional de Habitação e (3) **Ação Orçamentária 8873** – Apoio ao Desenvolvimento
111 Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
112 (SNHIS); (iv) **Objetivo 0756** – **Ação Orçamentária 20NX** – Apoio à Operacionalização das
113 Ações de Habitação de Interesse Social, executada no âmbito do FNHIS. Em seguida, a Sra.
114 **Monique Toledo** fez um resumo da situação geral apresentada em dezembro de 2013 das
115 operações referentes ao **Objetivo 0382/Ação 10S6**: (a) PAC 1 (2007-2009) – canceladas,
116 25%; ativas, 75%; concluídas, 12%; em execução, 78% e 12 seleções canceladas; (b) PAC 2
117 na modalidade Urbanização de Assentamentos Precários/2010-2011 – das 186 seleções, 25
118 foram canceladas – 13% dos recursos; iniciadas, 82%; retomada de 63% em quantidade e
119 76% em recursos investidos; (c) não-PAC – carteira ativa, 142 seleções com 85% em
120 execução 13% de conclusão. No exercício de 2013, 21 obras foram concluídas – 14% das
121 obras ativas (incluindo duas que tiveram apenas a parte de obra concluída), restando, assim,
122 86%. Consignou ainda que a Portaria Ministerial nº 287, de 28 de junho de 2013, estabelece
123 prazo para retomada das obras paralisadas. No uso da palavra, a Sra. **Alessandra Vieira**,
124 prestou os seguintes informes: há critérios mais rígidos com relação ao saneamento
125 (eliminação de vícios, irregularidades) da carteira; há menos prorrogação em relação às
126 cláusulas suspensivas concernentes à aprovação de projetos, pois depende dos municípios e
127 estados selecionados para recebimento do recurso. Citou o exercício de 2007 com relação a
128 uma carteira que necessitou de sucessivas prorrogações para manutenção do recurso, com
129 ações de saneamento, resultante em uma alta taxa de cancelamentos das obras iniciadas e
130 paralisadas. Afirmou que atualmente há uma regra contínua no PAC e não há regras de
131 transição para obras paralisadas; o prazo oficial para obras paralisadas é de três meses sem
132 desembolso e para regra de cancelamento é de um ano sem desembolso; o recurso será
133 mantido somente para dar funcionalidade e manutenção, sem a sua devolução; as obras
134 paralisadas paulatinamente serão canceladas e a carteira manter-se-á com as obras em
135 condições de total conclusão. A Sra. **Monique Toledo** retomou a apresentação da execução
136 orçamentária e financeira do Relatório de Gestão (R\$/milhões): Ação 10S6 – dotação inicial,



137 R\$ 288,8; final, R\$ 239,9; empenhadas, R\$ 187,9. A Sra. Alessandra Vieira complementou
138 que, em 2013, não houve autorização para novas seleções e a execução orçamentária e
139 financeira, ora apresentada, refere-se às obras contratadas em andamento, que as contratações
140 têm caráter plurianual. Ainda dentro do assunto execução orçamentária e financeira, o Sr.
141 Antônio Vladimir Moura Lima pontuou que se verifica elevada monta referente a Restos a
142 Pagar (RP's) dos exercícios anteriores – não havendo novas contratações, o que resultou em
143 corte significativo no orçamento referente ao **Objetivo 0383 – operações não-PAC (10SJ)**. A
144 Sra. Monique Toledo, continuando, discorreu sobre a Ação 10SJ, resumindo as
145 operações/situação geral em dezembro de 2013: (i) PAC 1 – do percentual de 51% ativas,
146 53% foram concluídas e canceladas, 49%; (ii) PAC 2/2011-2014, segunda etapa, com recursos
147 do FNHIS, na modalidade Elaboração de Estudos e Projetos para a Urbanização –
148 canceladas, 28% de investimento e quantidade de 38%, assim, 72% correspondente a
149 aproximadamente R\$ 15,23 milhões de investimento para 50 (cinquenta) operações ativas e
150 (iii) PAC/2007-2011, na modalidade Produção e aquisição de unidades habitacionais –
151 retomada de 54% em quantidade e 59% em recursos investidos; (iv) não-PAC/contratos
152 efetivos por meio de transferências voluntárias – concluídas, 19%; em execução, 76%;
153 dotação inicial, R\$ 141,33 milhões; final, R\$ 42,37 milhões. Nesse momento, a Sra. Maria
154 Henriqueta Arantes, CNI, inquireu se há limite de valor unitário quando há redução de meta
155 física e se é mantido o valor do contrato. Em resposta, a Sra. Alessandra Vieira disse que o
156 enquadramento da seleção é mantido independente da redução de meta e que o edital de
157 seleção traz especificado o valor/limite para produção e para urbanização/por família; assim,
158 dentro do limite de enquadramento são permitidas readequações e a União não se
159 responsabiliza por reajuste licitatório. A Sra. Monique Toledo voltou à apresentação com o
160 **Objetivo 0385** – resumo geral do apoio à elaboração dos Planos Locais de Habitação de
161 Interesse Social – PLHIS: situação geral/dezembro de 2013 – ativas, 83%; concluídas, 76%;
162 em execução, 20%; canceladas em 2013, 5%. Evolução do Atendimento das Exigências em
163 relação à Adesão/situação geral de dezembro/2013: dos 98% de municípios que aderiram ao
164 Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), 32% apresentaram o PLHIS e
165 87% a Lei de Fundo e Conselho. Dito isto, enfatizou que a sua exposição consistia em abordar
166 os pontos mais relevantes do Relatório de Gestão e, por isso, o resumo. Dando sequência a
167 sua exposição, a Sra. Monique Toledo abordou a **Ação Orçamentária 8873 do Objetivo**
168 **0385** que objetiva o apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes Integrantes do
169 Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Discorreu sobre os Termos de
170 Cooperação Técnica estabelecidos em 2013 entre a SNH/MCIDADES: (i) com o Instituto de
171 Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), visando o apoio ao monitoramento e avaliação das



172 ações da SNH por meio de desenvolvimento de pesquisa pós-ocupação em Habitação de
173 Interesse Social (HIS), que também possui como finalidade avaliar a efetividade/eficácia da
174 implantação resultante de operações do Programa Minha Casa, Minha Vida, viabilizadas com
175 recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e destinadas ao atendimento de
176 famílias com renda mensal limitada a R\$ 1.600,00; (ii) com a Universidade Federal do Rio de
177 Janeiro (UFRJ), que visa a capacitação de técnicos, envolvidos na execução dos programas
178 geridos pela SNH, na área de Economia e Gestão de Sustentabilidade de forma a contribuir
179 para a melhoria da qualidade da produção das unidades voltadas para a baixa renda,
180 objetivando à sustentabilidade do ambiente construído, englobando as fases de elaboração do
181 projeto, execução e manutenção da obra. A Sra. **Monique Toledo** esclareceu que o Acordo
182 com a UFRJ visa ainda o apoio ao projeto Protótipos *Minha Casa + Sustentável* na
183 proposição, avaliação, sistematização e disseminação de soluções de projeto que contribuam
184 para elevar o desempenho de empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) do
185 Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em termos de habitabilidade, conforto
186 ambiental e eficiência energética; (iii) com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
187 que possui por objetivo a capacitação de técnicos envolvidos no tema do trabalho social em
188 programas e projetos de habitação de interesse social gerenciados pela SNH, quais sejam:
189 PMCMV e PAC/Urbanização, com cursos de ensino à distância - EAD; (iv) com a
190 Universidade Federal do ABC (UFABC), que possui por objetivo a produção de estudos e
191 informações comparáveis sobre políticas e programas de habitação e assentamentos humanos
192 no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul), visando garantir
193 consistência à formulação de conceitos comuns e fornecer suporte à atuação do governo
194 brasileiro no Grupo de Trabalho de Assentamentos Humanos do IBAS. Nesse momento, a
195 Sra. Júnia Santa Rosa solicitou aos Conselheiros presentes licença para antecipar o segundo
196 ponto da pauta de assuntos gerais, e discorreu com mais profundidade sobre o **Acordo de**
197 **Cooperação Internacional Índia, Brasil e África do Sul – Cidades, Assentamentos**
198 **Humanos e Desenvolvimento**. Solicitando a palavra, a Sra. **Thereza Neumann**, FNE,
199 registrou que se sentia distante, isto é, não contemplada pelas ações da SNH no que se refere
200 aos cursos de capacitação EAD realizados em parcerias técnicas e aos seminários
201 internacionais, conforme explanação da Sra. Júnia Santa Rosa. Sugeriu que os Conselheiros
202 fossem informados antes de as ações serem executadas e da realização dos eventos
203 internacionais, pois considera que eles podem oferecer importantes contribuições. Sugeriu
204 ainda a veiculação constante de informes das atividades da SNH/MCidades, e que os cursos
205 realizados por meio de cooperações técnicas contemplassem os gestores/funcionários
206 públicos. A Sra. **Júnia Maria Santa Rosa** se comprometeu a estreitar os canais de



207 comunicação entre a SNH e os Conselheiros para que as informações lhes chegassem
208 contento. Lembrou que na 25ª ordinária do CGFNHIS, de 17 de dezembro de 2013, se
209 discutiu o Relatório de Gestão, ora em apreciação e que foi divulgado, no sítio eletrônico do
210 MCidades, o Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul). O **Sr. Nelson Teixeira**
211 comprometeu-se a registrar em ata as observações feitas pela Conselheira Thereza Neumann,
212 bem como as demais sugestões e reivindicações pleiteadas na presente reunião. Além disso,
213 sugeriu, como assunto de pauta de uma próxima reunião, uma proposta de Resolução, a ser
214 submetida ao CGFNHIS, no sentido de que a SNH venha propor diretrizes para celebração de
215 termos de cooperação técnica e ações de capacitação. Na sequência, o **Sr. Donizete**
216 **Fernandes de Oliveira**, UNMP, registrou tratar-se de sua primeira participação em uma
217 reunião do CGFNHIS e que se sentia satisfeito com relação às parcerias de cooperação
218 técnica firmadas pela SNH. Por outro lado, concordou com a fala da **Sra. Thereza Neumann**,
219 no sentido de que os Conselheiros, no mínimo, recebam convites para participar dos eventos
220 promovidos pela SNH. A **Sra. Deusdina dos Reis Pereira**, CEF, também endossou as falas
221 anteriores no que se refere ao compartilhamento prévio de informações por meio eletrônico.
222 Recuperando a palavra, a **Sra. Monique Toledo** fez a conclusão da sua explanação sobre o
223 Relatório de Gestão apresentando, por fim, a execução orçamentária e financeira (R\$/milhões)
224 referente ao **Objetivo 385, Ação 8873 – Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes**
225 **Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS):** dotação inicial,
226 R\$ 50,00; final, R\$ 15,19. Nessa ação realizou-se descentralização orçamentária no montante
227 de R\$ 3.721.046,90 para atender as cooperações técnicas firmadas com as instituições
228 parceiras – UFSC, IPEA e UFRJ, no exercício de 2013. A **ação orçamentária 20NX – Apoio**
229 **à Operacionalização das Ações de Habitação de Interesse Social**, executada no âmbito do
230 FNHIS, está relacionada ao **Objetivo 756**. As ações do PAC (milhões): dotação inicial, R\$
231 250; orçamento disponibilizado, R\$ 196,12; total empenhado, R\$ 187,86; total pago no
232 exercício, R\$ 183,29. Ações não-PAC (milhões): dotação inicial, R\$ 41,33; orçamento
233 disponibilizado, R\$ 39,33; total empenhado, R\$ 11,50; total pago no exercício, R\$ 4,91. No
234 uso da palavra, a **Sra. Alessandra Vieira** complementou assinalando a dificuldade para se
235 executar as ações referentes a desenvolvimento institucional dentro das exigências e aportes
236 de recursos existentes, mas que os resultados de melhorias são notórios e que há elogios por
237 parte dos beneficiários que fizeram algum dos cursos EAD. Dito isto, concluiu-se a exposição
238 do Subitem I.3. da pauta: “Voto nº 001/2014/SNH/MCidades, de 20 de março de 2014”. O **Sr.**
239 **Nelson Teixeira da Silva**, dando prosseguimento aos trabalhos, com a aquiescência da **Sra.**
240 **Presidenta da mesa, Júnia Santa Rosa**, colocou o item de pauta apresentado à discussão do
241 Conselho. Nesse momento, O **Sr. Hélder José Ferreira Paiva**, CNC, ponderou que gostaria



242 de entender sobre o que o Conselho estava deliberando; que não se sentia confortável
243 enquanto conselheiro e como representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens,
244 Serviços e Turismo – em aprovar números, isto é, um relatório orçamentário que trata de
245 questões contábeis. Acrescentou que recebeu o relatório e não teve acesso à documentação de
246 comprovação dos dados; ressaltou a necessidade de se ter mais embasamento sobre o assunto.
247 O **Sr. Nelson Teixeira** explicou que o Relatório de Gestão é elaborado nos termos das
248 determinações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União
249 (TCU), e que foi enviado, via endereço eletrônico aos Conselheiros dentro do prazo
250 regimental. Acrescentou que o CGFNHIS, por força de Lei nº 11.124, de 2005, deve se
251 manifestar a respeito das contas FNHIS. Esclareceu que o FNHIS se diferencia de outros
252 Fundos, a exemplo do FGTS, por não possuir fonte própria de recurso e por não poder realizar
253 aplicações financeiras. Na verdade, o FNHIS é um fundo que integra o próprio Orçamento
254 Geral da União, aprovado no bojo da Lei Orçamentária Anual. O **Sr. Nelson Teixeira**
255 acrescentou que a Caixa Econômica Federal, também por força da Lei nº 11.124, de 2005,
256 atua como Agente Operador do FNHIS, o que a torna responsável pela análise técnica e
257 jurídica de viabilidade dos contratos de repasse. O **Sr. Hélder José Ferreira Paiva, CNC,**
258 replicou que ele compreendia até onde o Sr. Secretário havia pontuado e questionou sobre
259 quais seriam as implicações no caso da não aprovação, por parte do Conselho, do Relatório de
260 Gestão, ora em debate. O **Sr. Nelson Teixeira** registrou que a decisão da maioria dos
261 Conselheiros, por certo, prevaleceria e seria acatada. De toda forma, o CGFNHIS, ao não
262 aprovar as contas do exercício de 2013, deverá justificar o porquê de sua decisão ao Tribunal
263 de Contas da União que, necessariamente, com ou sem aprovação, receberá o Relatório de
264 Gestão até o próximo dia 31 de março. O **Sr. Nelson Teixeira** encerrou seu aparte
265 esclarecendo que todos os Conselheiros fazem parte do rol de responsáveis, independente de
266 sua posição no momento da votação do Relatório de Gestão. Solicitando a palavra, o **Sr.**
267 **Walter da Silva Monteiro, CMP** concordou com as falas anteriores e disse que, por estar
268 sendo empossado na presente reunião, também se sentia desconfortável em aprovar um
269 Relatório de Gestão que ele conhecia superficialmente. A **Sra. Júnia Maria Santa Rosa,** na
270 qualidade de presidente da assembleia, sugeriu que a palavra fosse cedida a todos os
271 conselheiros que desejassem se manifestar e só, ao final, o **Sr. Secretário Nelson Teixeira**
272 fizesse as suas ponderações. A **Sra. Andréa dos Santos,** da FNA, disse que entendia a
273 dificuldade de alguns dos Conselheiros em compreender o aludido Relatório de Gestão, mas
274 que ela não via problemas quanto à sua aprovação. A sua preocupação, consignou, seria no
275 sentido de se conhecer os resultados futuros das ações realizadas em 2014 para aprovação das
276 suas contas em 2015. Dessa forma, a **Sra. Andréa dos Santos** solicitou a disponibilização do



277 material usado na apresentação do relatório como também informações periódicas
278 resultados das ações e planejamento do CGFNHIS e da SNH. Ponderou ainda sobre um ponto
279 do relatório que fala da capacitação institucional, que ela interpreta como incapacidade dos
280 municípios no que se refere à implementação das suas políticas públicas, fazendo-se, assim,
281 necessária a capacitação *in loco* dos mesmos. A **Sra. Andréa dos Santos** concluiu seu aparte
282 informando que a FNA, juntamente com os movimentos sociais, aprovou, em sua 5ª
283 Conferência, uma moção de ampliação dos quadros de técnicos municipais de arquitetos
284 urbanísticos, mas que há necessidade de ampliação para outros segmentos profissionais. A
285 seguir, o **Sr. Demóstenes Andrade de Moraes**, HABITAT Brasil afirmou que recebeu o
286 Relatório de Gestão em espaço de tempo insuficiente para uma análise mais detalhe. Assim
287 sendo, sugeriu que a SNH encaminhe aos Conselheiros, periodicamente, balanços de
288 execução das ações relativas ao FNHIS. Em resposta, o **Sr. Nelson Teixeira** que o CGFNHIS
289 em dezembro passado realizou a sua 25ª reunião ordinária, de caráter não deliberativo, que
290 objetivou debater as questões do FNHIS de maneira geral, justamente com o propósito de não
291 deixar todo o debate concentrado no momento da apreciação do Relatório de Gestão.
292 Consignou ainda que se faz imprescindível o contato periódico entre o CGFNHIS e seus
293 conselheiros e que, em 2013, foram realizadas apenas duas reuniões devido à ausência de
294 matéria, mas que espera haver maior proximidade e diálogo durante o ano de 2014. A **Sra.**
295 **Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara**, MS, registrou que o Relatório de Gestão, ora em
296 discussão, é um relatório de resultados, de desempenho e que há a necessidade de se explicitar
297 o que realmente ele configura, e que o TCU, que é o órgão de controle externo, e que terá a
298 palavra final O **Sr. Nelson Teixeira** mais uma vez tentou esclarecer a questão. Disse que o
299 Ministério das Cidades é o gestor do FNHIS e a Caixa Econômica Federal é o Agente
300 Operador. Afirmou que eventuais falhas cometidas pelo Ministério das Cidades ou pela CEF
301 seriam imputadas diretamente aos administradores dos aludidos órgãos. Nesse momento, a
302 **Sra. Júnia Santa Rosa** sugeriu que o Relatório de Gestão fosse então submetido ao plenário
303 em regime de votação. A **Sra. Thereza Neumann**, FNE, se manifestou dizendo que da forma
304 como o Relatório de Gestão foi apresentado, de modo sucinto, inviabilizava a sua
305 compreensão, por isso ela não gostaria de votar decidindo quanto à sua aprovação ou
306 reprovação; perguntou se ela poderia se abster de votar. Em resposta, a **Sra. Júnia Maria**
307 **Santa Rosa**, disse que, diante dos esclarecimentos dados objetivando dirimir as dúvidas
308 colocadas, far-se-ia imprescindível o esforço dos Conselheiros no sentido de deliberarem
309 sobre a matéria, porém afirmou que os Conselheiros, por certo, têm liberdade para se
310 absterem da votação. O **Sr. Hélder José Ferreira Paiva** consignou que a CNC se absteria da
311 votação por não possuir dados suficientes, ou seja, a documentação total de comprovação dos



312 números referentes às contas do FNHIS a ser aprovadas sob forma do Relatório de
313 que a sua preocupação consistia, ainda, em aprovar um relatório passível de ‘erros grosseiros’
314 que, futuramente, pudessem ser descobertos pelo TCU e ter veiculação nos meios de
315 comunicação de massa. A **Sra. Júnia Santa Rosa** voltou a esclarecer que o Relatório de
316 Gestão, na forma como foi apresentado, havia sido encaminhado aos Conselheiros com cinco
317 dias de antecedência à presente assembleia e que entendia que as dúvidas suscitadas durante a
318 reunião foram dirimidas. Não havendo outros comentários, o **Sr. Nelson Teixeira**, com a
319 aquiescência da Sra. Presidenta voltou a chamar a matéria em regime de votação. Assinalou a
320 abstenção por parte do Conselheiro Sr. Hélder José Ferreira Paiva, representante da CNC e
321 perguntou se havia observações a serem feitas, ou Votos em contrário ou abstenções. Não
322 havendo, a matéria foi aprovada, pela maioria dos presentes, registrando-se a abstenção da
323 CNC. Em continuação, foi cedida a palavra a **Sra. Mirna Quinderé Belmino Chaves**,
324 Diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional
325 de Habitação - SNH, para apresentação do último item da pauta – **Assuntos Gerais: II.1.**
326 **“Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades, que aprova o**
327 **manual de execução do Trabalho Social”**. No uso da palavra, a **Sra. Mirna Quinderé**
328 ressaltou que a Portaria nº 21 trouxe avanços significativos no que se refere ao Ensino à
329 Distância (EAD) e que disciplinou o trabalho social em todas as modalidades dos programas
330 habitacionais como Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), Minha Casa Minha Vida-Entidades
331 (PMCMV-E), Programa de Habitação Rural e Oferta pública de recursos para municípios com
332 população limitada a cinquenta mil habitantes. Em resumo, apresentou um vídeo-aula
333 explicativo com a seguinte abordagem: (i) **Conceito:** Trabalho Social é o conjunto de
334 estratégias, processos e ações que, a partir de diagnósticos integrados e participativos de um
335 território, promove o exercício da cidadania e a gestão comunitária na melhoria das condições
336 de vida das famílias e na sustentabilidade das intervenções; (ii) **Diretrizes gerais do trabalho**
337 **social;** (iii) **Fase do Trabalho Social:** (iii.1) o período de pré-seleção compreende o intervalo
338 entre a preparação da proposta preliminar de Trabalho Social e sua apresentação ao Ministério
339 das Cidades; (iii.2) a fase 1, ou pré-obras, vai dar assinatura do Termo de Compromisso ou
340 Contrato de Financiamento, até a ordem de serviço de início da intervenção após a aprovação
341 do PTS pelo agente operador financeiro; (iii.3) a fase 2 se estende do início ao fim das obras,
342 com a entrega das novas moradias. (iii.4) a fase do pós-obra começa com a mudança dos
343 beneficiários para a nova unidade ou a conclusão de melhoria habitacional e tem duração de
344 seis a doze meses; (iv) o planejamento do Trabalho Social ocorre em três etapas: (1) Projeto
345 do Trabalho Social Preliminar ou PTSP; (2) o Projeto de Trabalho Social em si, PTS e (3) o
346 Plano de Desenvolvimento Sócio-Territorial, o PDST; (v) A operacionalização do processo



347 passa pelo proponente executor que elabora os projetos conforme a modalidade; (vi) O agente
348 financeiro analisa, aprova, contrata ou assina o convênio e libera as parcelas após
349 comprovação conforme o cronograma físico-financeiro já aprovado; (vii) O executor realiza o
350 trabalho com equipe própria ou apoia o terceirizado; (viii) **Eixos do Trabalho Social:** (a)
351 mobilização, organização e fortalecimento social; (b) acompanhamento e gestão social da
352 intervenção; (c) educação ambiental e patrimonial; (d) desenvolvimento socioeconômico.
353 Finalizada a apresentação do último item da pauta, a **Sra. Thereza Neumann Santos**, FNE,
354 fez uma intervenção cobrando mais atenção e direcionamento de recursos para a assistência
355 técnica, uma vez que a sua ausência inviabiliza a moradia digna de qualidade. Afirmou que à
356 assistência técnica deveria ser dado o mesmo grau de importância dado ao trabalho social. A
357 **Sra. Andréa dos Santos**, FNA, parabenizou a SNH pelos cursos de ensino à distância e,
358 corroborando a fala da Sra. Thereza Neumann, afirmou que deveria ser aberta seleção para
359 contratação de assistência técnica, com base na Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. A
360 **Sra. Mirna Quinderé** disse estar de acordo com as falas das Conselheiras da FNE e FNA no
361 que se refere à importância da assistência técnica; fez distinção entre assistência social e
362 assistência técnica para os municípios – os executores e as famílias; acrescentou que a
363 assistência técnica tem inclusão nos programas que contemplam o serviço social por meio de
364 mutirão, mas com relação a operar nos moldes da Lei nº 11.888 ainda é tema de discussão. A
365 **Sra. Júnia Santa Rosa** complementou que a Sra. Mirna Quinderé havia sumarizado a
366 apresentação destacando as mudanças de acordo com a Portaria nº 21 e, devido o horário
367 adiantado, agradeceu a participação de todos pelas contribuições dadas. Afirmou que estava
368 incumbindo o **Sr. Nelson Teixeira** de viabilizar as reivindicações e sugestões feitas pelos
369 Conselheiros, principalmente com relação à veiculação periódica de informações referentes à
370 agenda do CGFNHIS e da SNH. Lembrou da continuação, no dia seguinte, da reunião do
371 Conselho das Cidades e solicitou à Sra. Thereza Neumann, FNE, que havia pedido mais um
372 aparte, que conversasse em particular com a Sra. Mirna Quinderé para lhe auxiliar no que
373 fosse preciso. Feito suas considerações finais e não havendo quem mais desejasse fazer uso da
374 palavra, a **Sra. Júnia Santa Rosa** deu por encerrada a 26ª Reunião Ordinária do CGFNHIS,
375 às 17h41 (dezesete horas e quarenta e um minutos), cuja ata vai por mim lavrada e assinada.

376
377
378
379
380
381

Brasília, 25 de março de 2014.

Nelson Teixeira da Silva
Secretário